



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**19/03/2013**

# ÍNDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CNJ.....	3
2.2. DECISÕES.....	4
2.3. JUÍZES.....	5 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	7
3.2. POSSE.....	8 - 9
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DESEMBARGADORES.....	10 - 11
4.2. JUÍZES.....	12
4.3. POSSE.....	13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	14
5.2. JUÍZES.....	15
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. JUÍZES.....	16 - 17
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. JUÍZES.....	18 - 19
7.2. OBRAS/REFORMAS.....	20
7.3. POSSE.....	21
7.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	22 - 23



## Babá responde em liberdade por morte de criança

ISMAEL ARAÚJO

A desembargadora Nelma Sarney concedeu a liberdade para a babá Vanessa de Sousa Saraiva, de 18 anos, durante o plantão do Tribunal de Justiça do Maranhão, no último final de semana. Ela vai responder em liberdade pela morte de uma criança, de 3 anos, que morreu afogada, na piscina de caça, no bairro do Cohajap, na última quinta-feira, 14.

O advogado Francisco Carneiro defendeu a babá sem cobrar nenhum tipo de honorários. No primeiro momento, o pedido, que foi feito por meio da justiça criminal foi negado, mas, ainda no sábado, a desembargadora Nelma Sarney aceitou o pedido de liberação e a babá vai responder em liberdade.

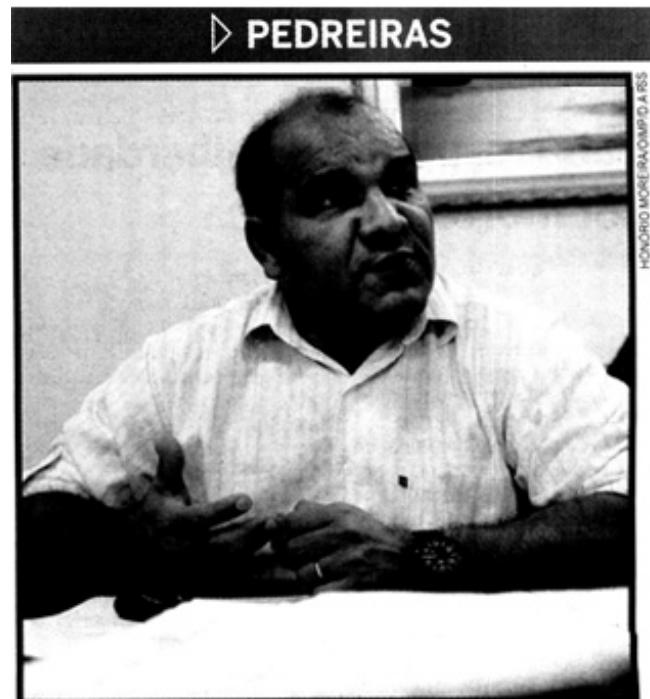
Desde sábado, 16, a babá deixou a prisão e voltou para a sua casa, no Conjunto São Raimundo. Ela estava presa desde quinta-feira quando foi atuada em flagrante pelo delegado do Plantão de Polícia Civil da Central da Rffsa, Lawrence Pereira, por homicídio culposo, ou seja, quando não há intenção de matar e ainda arbitrou um pagamento de fiança no valor de dez

salários mínimos.

O delegado Lawrence Pereira informou que a babá foi apresentada no plantão de polícia pelos policiais militares. Durante o depoimento a acusada falou que estava sozinha com a criança em casa e por alguns instantes sentiu falta do garoto. Ao chegar ao terraço da casa, encontrou a vítima se afogando na piscina.

Ela ainda levou a criança até a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) do Vinhais, mas, acabou falecendo. A babá afirmou, que além de cuidar da criança, realizava outras tarefas como a limpeza e, algumas vezes, fazia comida. "A tragédia ocorreu, no momento, que tinha desviado a atenção do bebê porque estava cuidando de outras coisas da casa", comentou o delegado.

Lawrence Pereira também informou que como a acusada foi contratada para ser babá, no entanto, as atenções deveriam estar voltadas somente para a criança e não a outros afazeres do lar. "Esse caso foi justamente uma negligência pela parte da babá. Ela cometeu um homicídio culposo e foi arbitrada uma fiança no valor de dez salários mínimos.", frisou.



HONORIO MOREIRA/OLIMPÍA PRESS

SECRETÁRIO DA SEJAP VISITOU INSTALAÇÕES DO CENTRO

## Sebastião Uchôa visita Centro de Ressocialização

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, visitou o Centro de Ressocialização de Pedreiras (a 245 km de São Luís). Na ocasião, o secretário vistoriou as instalações e conheceu mais sobre a metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), que é aplicada naquela unidade.

Uchôa destacou que o método Apac é um grande auxiliador no que se refere às ações de ressocialização aos internos do sistema penitenciário do Maranhão. De acordo com ele, hoje a Apac de Pedreiras é referência estadual no que diz respeito à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. "Hoje, o método Apac aplicado em Pedreiras é, com certeza, referência em todo o Maranhão. Temos aqui trabalhos no intuito de dar fim à ociosidade dos detentos", afirmou Uchôa.

Além do secretário Sebastião Uchôa, estavam pre-

sentes autoridades como o secretário adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima; bem como a juíza da Vara de Execuções Penais de Pedreiras, Ana Gabriela; e o defensor público daquela cidade, Nelson Braga, entre outras autoridades.

### MÉTODO APAC

O trabalho da Apac dispõe de um método de valorização humana, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de ressocialização. Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

Pelo método Apac, os recuperandos (como são chamados os presos) são co-responsáveis pela recuperação, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades.

# CNJ treinará juízes maranhenses para conciliação

Por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizará o treinamento em políticas públicas de conciliação e mediação. Os juízes maranhenses serão autorizados pela Corregedoria Geral de Justiça a se ausentarem de suas comarcas a fim de participar do curso.

A capacitação, desenvolvida com o apoio da Secretaria da Reforma do Judiciário, ligada ao Ministério da Justiça, ocorrerá no dia 21 de março, nos turnos matutino (de 8 às 12 horas) e vespertino

(de 14 às 18horas), no auditório Alberto Abdalla, do Sistema Fiema, localizado na Casa da Indústria - Avenida Jerônimo de Albuquerque, retorno da Cohama.

O treinamento aos magistrados maranhenses, que contará com a presença do conselheiro Neves Amorim, do CNJ, e dos juízes Gustávio Procópio Bandeira de Melo (TJPB) e Hildebrando da Costa Marques (TJMT), atende ao programa - que sob a coordenação da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania - está avançando na difusão das práticas voltadas para a solução adequada de conflitos e contribuindo com o Movimento pela Conciliação, ban-

deira defendida pelo Conselho, no Judiciário brasileiro.

Investir em métodos consensuais de soluções de conflitos é uma alternativa para desafogar o número de processos que tramitam na Justiça. A exemplo, as edições da Semana Nacional de Conciliação, que conjuntamente com os tribunais brasileiros alcançaram o patamar de três milhões de pessoas com ações pacificadas. Mais de R\$ 4 bilhões foram movimentados e 750 mil processos extintos.

O curso é autenticado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), uma das instituições parceiras do projeto. O recebimento do certificado de conclusão do

treinamento, emitido pela ENFAM, fica condicionado ao preenchimento, pelo magistrado, do questionário de avaliação.

**MARANHÃO** - No Judiciário maranhense, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, instalou ano passado quatro centros de negociação de processos, onde o cidadão pode buscar acordo para solucionar disputa judicial. O presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida, destacou que o trabalho dos centros abrange as áreas cível, fazendária, previdenciária, de família e, ainda, Juizados Especiais Cíveis e de Relação de Consumo.

# Babá de menino que morreu afogado em piscina é solta

Saiba mais... Menino de três anos cai em piscina e morre A Babá Vanessa de Sousa Saraiva, de 18 anos, que responde pela morte de uma criança, de apenas três anos, afogada em uma piscina na última quinta-feira (14), foi posta em liberdade pela desembargadora Nelma Sarney no último sábado (16).

O advogado Francisco Carneiro defendeu a babá sem cobrar nenhum tipo de honorários. No primeiro momento, o pedido que foi feito por meio da justiça

criminal foi negado, mas, ainda, no sábado, a desembargadora Nelma Sarney aceitou o pedido de liberação e a babá vai responder em liberdade pelo crime de homicídio culposo.

A jovem estava presa desde quinta-feira, quando foi autuada em flagrante pelo delegado do Plantão de Polícia Civil da Central da Rffsa, Lawrence Pereira, por homicídio culposo. Ele ainda arbitrou um pagamento de fiança no valor de dez salários mínimo

## Prefeitura vai apresentar cronograma de pagamento de precatórios

A Prefeitura de São Luís vai apresentar, até o início de abril, cronograma para pagamento dos seus precatórios, segundo informação confirmada pelo assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município, Gutemberg Braga Júnior, durante reunião com os juízes José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça (TJMA), e Carlos Veloso, presidente do Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, e titular da 2ª Vara da Fazenda Pública. PÁGINA 3

## Prefeitura vai apresentar cronograma de pagamento de precatórios

A Prefeitura de São Luís vai apresentar, até o início de abril, cronograma para pagamento dos seus precatórios, segundo informação confirmada pelo assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município, Gutemberg Braga Júnior, durante reunião com os juízes José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça (TJMA), e Carlos Veloso, presidente do Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, e titular da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Em encontro de trabalho solicitado pelo município com a Coordenadoria de Precatórios do TJMA, na semana passada, o Judiciário disponibilizou à Assessoria Jurídica do Município relatório em detalhes sobre a dívida do ente público referente ao pagamento de precatórios. O valor corresponde atualmente a cerca de R\$ 47 milhões, decorrentes de decisões judiciais a partir de 2008.

De acordo com a opção feita pela gestão anterior, o pagamento da dívida pelo município deve ser feito pelo Regime Especial Anual de Pagamento de Precatório, pelo período de 15 anos.

Nos autos do processo de Regime Especial foi determinado pelo Tribunal de Justiça que o valor da parcela anual corresponde a 1% da receita

corrente líquida. Decisão que foi atacada pelo município, por meio de Mandado de Segurança, a qual foi denegada pelo Pleno do TJ em sessão jurisdicional de quarta-feira (13).

Porém, apesar da opção pelo Regime Especial, o município de São Luís não depositou as parcelas anuais, o que caracteriza mora.

Para Veloso, a reunião foi positiva porque demonstra o interesse do município em cumprir a sua obrigação legal de pagar as dívidas decorrentes de decisões judiciais.

"O município precisava saber a real situação da dívida de precatórios, pois a gestão anterior não proporcionou o conhecimento do débito. Por isso, precisamos conhecer, planejar e efetuar o pagamento pelo Regime Especial", disse Braga Júnior.

O coordenador de Precatórios lembrou que a inadimplência municipal já levou à determinação de bloqueio de R\$ 13 milhões referentes a parcela de 2010, dos quais apenas R\$ 5 milhões estavam disponíveis.

"Considerando a atual situação, pode-se afirmar que o município está sujeito a efetivação de uma nova ordem de bloqueio relacionada às inadimplências de 2011 e 2012", observou José Nilo Ribeiro.

## Precatórios

**A Prefeitura de São Luís vai apresentar, até o início de abril, cronograma para pagamento dos seus precatórios, segundo informação confirmada pelo assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município, Gutemberg Braga Júnior, durante reunião com os juízes José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça (TJMA), e Carlos Veloso, presidente do Comitê Gestor de Contas.**

## Posse

Já formalmente promovido por antiguidade, o desembargador Megbel Abdala será empossado amanhã como membro do Pleno do Tribunal de Justiça.

E com o astral nas alturas, brincou: "Parafraseando Martinho da Vila, é a realização de um sonho sonhado".

E anunciou que pretende continuar estudando, para entender mais o Direito como ciência, além de dar sequência à carreira nesta nova etapa.

## Tribunal

**A diplomação e entrega da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Velloso a Megbel Abdala, mais recente integrante do colegiado do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), acontecerá amanhã, às 10h, na sala das sessões plenárias. O presidente da Corte de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, conduzirá a cerimônia.**

## POLÍTICA

# GUERREIRO JÚNIOR E MARCELO CARVALHO RECEBEM COMENDA DA OAB

PAG. 03



**Guerreiro Júnior e Marcelo Carvalho com dirigentes da OAB em Bacabal**

Os desembargadores Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e Marcelo Carvalho, diretor da Escola da Magistratura do Maranhão, receberam da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na última sexta-feira (15), a comenda "Dr. José Ribamar Ramos Reis", durante solenidade de posse dos novos diretores da Subseção de Bacabal, eleitos para o triênio 2013/2015.

## HOMENAGEADOS

# Guerreiro Júnior e Marcelo Carvalho recebem comenda da OAB



Guerreiro Júnior e Marcelo Carvalho com dirigentes da OAB em Bacabal

Os desembargadores Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e Marcelo Carvalho, diretor da Escola da Magistratura do Maranhão, receberam da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na última sexta-feira (15), a comenda "Dr. José Ribamar Ramos Reis", durante solenidade de posse dos novos diretores da Subseção de Bacabal, eleitos para o triênio 2013/2015.

Lançada oficialmente na solenidade, a comenda é concedida a personalidades do meio jurídico que mantêm boa convivência com os advogados, em especial magistrados

que atuam ou possuem vínculos na região.

**RECONHECIMENTO** - Guerreiro Júnior recebeu a comenda das mãos do presidente da Seccional da OAB, Mário Macieira, e afirmou sentir-se honrado com a homenagem que traz o nome de um amigo e ex-aluno que foi símbolo de hombridade, honradez e luta para Bacabal.

"Essa é uma homenagem justa a um advogado que construiu um patrimônio de dignidade e defendia com veemência suas ideias, principalmente na tribuna do Júri", declarou.

Com relação à nova diretoria da Ordem em Bacabal, Guer-

reiro Júnior ressaltou que o presidente empossado, Agnelo Rodrigues, vem desenvolvendo um trabalho que faz da advocacia de Bacabal uma das melhores do Maranhão.

O presidente do TJMA apontou a importância de a cidade ganhar uma sede própria da OAB, a partir do lançamento da Pedra Fundamental das futuras instalações da Casa do Advogado, na Praça 15 de Novembro, Centro.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva falou de sua relação familiar e afetiva com a cidade de Bacabal, onde morou por 10 anos durante a adolescência, quando a mãe era dire-

tora da escola Santa Rosa.

"Eu tenho um amor muito grande por Bacabal, fico emocionado com o reconhecimento dos advogados, é um momento que não vai se repetir na minha vida", agradeceu.

**REIVINDICAÇÃO** - Marcelo Carvalho também manifestou seu apoio a projetos de melhorias para a comarca de Bacabal, enquanto membro da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, como criação de varas, juizados e termos judiciais. "Temos como aliado o desembargador Guerreiro Júnior, que é um representante importante da Magistratura e casou com a cidade de Bacabal", opinou.

O advogado Agnelo Rodrigues registrou a escolha dos dois magistrados para o recebimento da mais importante comenda concedida pela Subseção, ressaltando o histórico profissional de ambos, baseado em valores humanistas e sociais.

"É o nosso reconhecimento pela boa convivência com os advogados e entendimento de todos os lados nas decisões", afirmou.

O presidente da Seccional, Mário Macieira, falou da honra em presidir a cerimônia que homenageou os dois magistrados. "São dois exemplos de juízes, que trabalham e honram a toga", elogiou.

# Prefeitura de São Luís vai apresentar cronograma de pagamento de precatórios

*O valor corresponde atualmente a cerca de R\$ 47 milhões, decorrentes de decisões judiciais a partir de 2008*

A Prefeitura de São Luís vai apresentar, até o início de abril, cronograma para pagamento dos seus precatórios, segundo informação confirmada pelo assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município, Gutemberg Braga Júnior, durante reunião com os juízes José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça (TJMA), e Carlos Veloso, presidente do Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, e titular da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Em encontro de trabalho solicitado pelo município com a Coordenadoria de Precatórios do TJMA, na semana pas-

sada, o Judiciário disponibilizou à Assessoria Jurídica do Município relatório em detalhes sobre a dívida do ente público referente ao pagamento de precatórios. O valor corresponde atualmente a cerca de R\$ 47 milhões, decorrentes de decisões judiciais a partir de 2008.

De acordo com a opção feita pela gestão anterior, o pagamento da dívida pelo município deve ser feito pelo Regime Especial Anual de Pagamento de Precatório, pelo período de 15 anos.

**DETERMINAÇÃO JUDICIAL** - Nos autos do processo de Regime Especial foi determinado pelo Tribunal de Justiça que o valor da parcela anual

corresponde a 1% da receita corrente líquida. Decisão que foi atacada pelo município, por meio de Mandado de Segurança, a qual foi denegada pelo Pleno do TJ em sessão jurisdicional de quarta-feira (13).

Porém, apesar da opção pelo Regime Especial, o município de São Luís não depositou as parcelas anuais, o que caracteriza mora.

Para Veloso, a reunião foi positiva porque demonstra o interesse do município em cumprir a sua obrigação legal de pagar as dívidas decorrentes de decisões judiciais.

"O município precisava saber a real situação da dívida de

precatórios, pois a gestão anterior não proporcionou o conhecimento do débito. Por isso, precisamos conhecer, planejar e efetuar o pagamento pelo Regime Especial", disse Braga Júnior.

O coordenador de Precatórios lembrou que a inadimplência municipal já levou à determinação de bloqueio de R\$ 13 milhões referentes a parcela de 2010, dos quais apenas R\$ 5 milhões estavam disponíveis.

"Considerando a atual situação, pode-se afirmar que o município está sujeito a efetivação de uma nova ordem de bloqueio relacionada às inadimplências de 2011 e 2012", observou José Nilo Ribeiro.

## DIPLOMAÇÃO

# Desembargador Megbel Abdala terá posse solene na quarta-feira (20)

A diplomação e entrega da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Velloso a Megbel Abdala, mais recente integrante do colegiado do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), será às 10h de quarta-feira (20), na sala das sessões plenárias. O presidente da Corte de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, conduzirá a cerimônia.

"Parafraseando Martinho da Vila, é a realização de um sonho sonhado", resume o novo membro da Corte, referindo-se à letra de "Sonho de um Sonho", de autoria do cantor e compositor carioca.

O evento é considerado por muitos como uma posse

solene, embora Megbel Abdala tenha sido oficialmente empossado em 6 de março, data em que também obteve acesso ao cargo de desembargador do TJMA, pelo critério de antiguidade.

Antecedendo a cerimônia de diplomação, o Tribunal de Justiça programou missa em Ação de Graças, a ser celebrada pelo padre Francisco Galdino, às 9h desta terça-feira (19), no auditório do TJMA.

Com 26 anos de serviços dedicados à magistratura, Megbel Abdala diz que pretende continuar pesquisando e estudando, para entender mais o Direito como ciência, além de dar sequência à carreira nesta nova

etapa. "Sempre tendo como fundamento maior de todas as decisões a certeza de estar bem aplicando o Direito e distribuindo Justiça", ressalta.

**PERFIL**- Megbel Abdala Tanus Ferreira nasceu no município de Cururupu (MA), em 2 de julho de 1948. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1977. Possui especialização em Magistério Superior e Direito Público pela universidade Uniceuma. É autor de diversos trabalhos e artigos científicos publicados em revistas jurídicas de circulação nacional.

Aprovado em concurso público para juiz de direito, foi nomeado para a comarca de Pas-

sagem Franca em fevereiro de 1987. Passou ainda pelas comarcas de Vargem Grande e Pinheiro, até ser promovido para a de São Luís.

Exerceu o cargo de juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça de julho a dezembro de 1995 e foi diretor do Fórum Eleitoral de 1999 a 2002, do Fórum de São Luís no biênio 2000/2001, e da Escola Judiciária Eleitoral em 2006.

Antes de dirigir o Fórum da capital, participou da instalação e se tornou o primeiro juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública da capital, último cargo que exerceu até se tornar desembargador do Tribunal de Justiça.

# Babá responde em liberdade por morte de criança

ISMAEL ARAÚJO

A desembargadora Nelma Sarney concedeu liberdade para a babá Vanessa de Sousa Saraiva, de 18 anos, durante o plantão do Tribunal de Justiça do Maranhão, no último final de semana. Ela vai responder em liberdade pela morte de uma criança, de 3 anos, que morreu afogada, na piscina de casa, no bairro do Cohajap, na última quinta-feira, 14.

O advogado Francisco Carneiro defendeu a babá sem cobrar nenhum tipo de honorários. No primeiro momento, o pedido, que foi feito por meio da justiça criminal foi negado, mas, ainda no sábado, a desembargadora Nelma Sarney aceitou o pedido de liberação e a babá vai responder em liberdade.

Desde sábado, 16, a babá deixou a prisão e voltou para a sua casa, no Conjunto São Raimundo. Ela estava presa desde quinta-feira quando foi atuada pelo delegado Lawrence Pereira, por homicídio culposo, ou seja, quando não há intenção de matar e ainda arbitrou um pagamento de fiança no valor de dez salários mínimos.

O delegado informou que a babá foi apresentada no plantão de polícia pelos policiais militares. Durante o depoimento a acusada falou que estava sozinha com a criança em casa e que ainda cuidava dos afazeres domésticos.

## Rolo dos precatórios (1)

*Até o final de abril, a prefeitura de São Luís vai propor uma agenda cronometrada para o pagamento dos precatórios, que não são poucos. A Procuradoria Geral do Município já se reuniu com os juízes José Nilo Ribeiro Filho e Carlos Velloso, indicados pelo presidente do Tribunal de Justiça Guerreiro Júnior, para desembrulhar os rolos dos precatórios na esfera do TJ.*

## Rolo dos precatórios (2)

*O montante dos precatórios levantados no TJ chega a R\$ 47 milhões, a partir de 2008, cujos dados serão repassados à Procuradoria. De acordo com a opção feita pela gestão de João Castelo, a dívida será quitada pelo Regime Especial Anual de Pagamento de Precatório, no período de 15 anos. Sobre esse tipo de parcelamento, o STF decidiu semana passada que não é válido.*

# Pedreiras

## Secretário Sebastião Uchôa visita Centro de Ressocialização

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, visitou o Centro de Ressocialização de Pedreiras (a 245 km de São Luís), na quinta-feira (14). Na ocasião, o secretário visitou as instalações e conheceu mais sobre a metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), que é aplicada naquela unidade.

Uchôa destacou que o método Apac é um grande auxiliador no que se refere às ações de ressocialização aos internos do sistema penitenciário do Maranhão. De acordo com ele, hoje a Apac de Pedreiras é referência estadual no que diz respeito à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. "Hoje, o método Apac aplicado em Pedreiras é, com certeza, referência em todo o Maranhão. Temos aqui trabalhos no intuito de dar fim à ociosidade dos detentos", afirmou Uchôa.

Além do secretário Sebastião Uchôa, estavam pre-

sentes autoridades como o secretário adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima; bem como a juíza da Vara de Execuções Penais de Pedreiras, Ana Gabriela; e o defensor público daquela cidade, Nelson Braga, entre outras autoridades.

### Método Apac

O trabalho da Apac dispõe de um método de valorização humana, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de ressocialização. Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

Pelo método Apac, os recuperandos (como são chamados os presos) são co-responsáveis pela recuperação, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades.

## São Luís

# Prefeitura vai apresentar cronograma de pagamento de precatórios

A Prefeitura de São Luís vai apresentar, até o início de abril, cronograma para pagamento dos seus precatórios, segundo informação confirmada pelo assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município, Gutemberg Braga Júnior, durante reunião com os juízes José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça (TJMA), e Carlos Veloso, presidente do Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, e titular da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Em encontro de trabalho solicitado pelo município com a Coordenadoria de Precatórios do TJMA, na semana passada, o Judiciário disponibilizou à Assessoria Jurídica do Município relatório em detalhes sobre a dívida do ente público referente ao pagamento de precatórios. O valor corresponde atualmente a cerca de R\$ 47 milhões, decorrentes de decisões judiciais a partir de 2008.

De acordo com a opção feita pela gestão anterior, o pagamento da dívida pelo município deve ser feito pelo Regime Especial Anual de Pagamento de Precatório, pelo período de 15 anos.

Nos autos do processo de

Regime Especial foi determinado pelo Tribunal de Justiça que o valor da parcela anual corresponde a 1% da receita corrente líquida. Decisão que foi atacada pelo município, por meio de Mandado de Segurança, a qual foi denegada pelo Pleno do TJ em sessão jurisdicional de quarta-feira (13).

Porém, apesar da opção pelo Regime Especial, o município de São Luís não depositou as parcelas anuais, o que caracteriza mora.

Para Veloso, a reunião foi positiva porque demonstra o interesse do município em cumprir a sua obrigação legal de pagar as dívidas decorrentes de decisões judiciais.

"O município precisava saber a real situação da dívida de precatórios, pois a gestão anterior não proporcionou o conhecimento do débito. Por isso, precisamos conhecer, planejar e efetuar o pagamento pelo Regime Especial", disse Braga Júnior.

O coordenador de Precatórios lembrou que a inadimplência municipal já levou à determinação de bloqueio de R\$ 13 milhões referentes a parcela de 2010, dos quais apenas R\$ 5 milhões estavam disponíveis.

# PREFEITURA DE SÃO LUÍS VAI APRESENTAR CRONOGRAMA PARA PAGAR PRECATÓRIOS

A Prefeitura de São Luís vai apresentar, até o início de abril, cronograma para pagamento dos seus precatórios, segundo informação confirmada pelo assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município, Gutemberg Braga Júnior, durante reunião com os juízes José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça (TJ-MA), e Carlos Veloso, presidente do Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, e titular da 2ª Vara da Fazenda Pública. **PÁGINA 4**

## Prefeitura vai apresentar cronograma para pagamento de precatórios

A Prefeitura de São Luís vai apresentar, até o início de abril, cronograma para pagamento dos seus precatórios, segundo informação confirmada pelo assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município, Gutemberg Braga Júnior, durante reunião com os juízes José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça (TJ-MA), e Carlos Veloso, presidente do Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, e titular da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Em encontro de trabalho solicitado pelo município com a Coordenadoria de Precatórios do TJ-MA, na semana passada, o Judiciário disponibilizou à Assessoria Jurídica do Município relatório em detalhes sobre a dívida do ente público referente ao pagamento de precatórios. O valor corresponde atualmente a cerca de R\$ 47 milhões, decorrentes de decisões judiciais a partir de 2008.

De acordo com a opção feita pela gestão anterior, o pagamento da dívida pelo município deve ser feito pelo Regime Especial Anual de Pagamento de Precatório, pelo período de 15 anos.

Nos autos do processo de Regime Especial foi determinado pelo Tribunal de Justiça que o valor da

parcela anual corresponde a 1% da receita corrente líquida. Decisão que foi atacada pelo município, por meio de Mandado de Segurança, a qual foi denegada pelo Pleno do TJ em sessão jurisdicional de quarta-feira (13).

Porém, apesar da opção pelo Regime Especial, o município de São Luís não depositou as parcelas anuais, o que caracteriza mora.

Para Veloso, a reunião foi positiva porque demonstra o interesse do município em cumprir a sua obrigação legal de pagar as dívidas decorrentes de decisões judiciais.

"O município precisava saber a real situação da dívida de precatórios, pois a gestão anterior não proporcionou o conhecimento do débito. Por isso, precisamos conhecer, planejar e efetuar o pagamento pelo Regime Especial", disse Braga Júnior.

O coordenador de Precatórios lembrou que a inadimplência municipal já levou à determinação de bloqueio de R\$ 13 milhões referentes a parcela de 2010, dos quais apenas R\$ 5 milhões estavam disponíveis.

"Considerando a atual situação, pode-se afirmar que o município está sujeito a efetivação de uma nova ordem de bloqueio relacionada às inadimplências de 2011 e 2012", observou José Nilo Ribeiro.

## *Atividades no Fórum de Balsas estão suspensas até o dia 26 de março*

A determinação é da Diretoria do Fórum, diante do pedido da Divisão de Serviços e Obras do TJ-MA, que finalizará as obras emergenciais e realizará a mudança do prédio provisório para o prédio reformado.

Diante do pedido da Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Maranhão, a juíza diretora do Fórum da Comarca de Balsas, Luciany Cristina de Sousa Ferreira, determinou a suspensão das atividades no fórum de 18 a 26 de março. Neste período, serão concluídos os reparos emergenciais e realizada a mudança das unidades judiciais do prédio provisório para o prédio reformado.

As obras no prédio do Fórum Des. Esmaragdo Sousa e Silva tiveram início logo após o desabamento de parte do teto, ocorrido no início de outubro de 2012. Na Portaria nº 11/2013 da Diretoria do Fórum de Balsas, a juíza disse ainda que fica mantido apenas

o plantão judicial para apreciar matérias urgentes. Já os prazos processuais às matérias não urgentes ficam suspensos.

Ela facultou aos magistrados o funcionamento dos gabinetes, bem como de uma celular da Secretaria Judicial, formada pelo secretário (a) e um servidor. A batida do ponto dos servidores que não estiverem trabalhando também foi suspensa, determinando que as horas não trabalhadas sejam compensadas quando da normalização das atividades na Comarca.

Segundo o ofício da Divisão de Serviços e Obras do TJ-MA, enviado à juíza, será concluída a climatização, transferindo os aparelhos de ar condicionado do prédio provisório para o reformado, transferência do link de internet e das linhas telefônicas, transferência do mobiliário, processos e equipamentos, bem como limpeza e serviços de informática.

## *Desembargadores Guerreiro Júnior e Marcelo Carvalho recebem comenda da OAB*

Os desembargadores Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e Marcelo Carvalho, diretor da Escola da Magistratura do Maranhão, receberam da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na última sexta-feira (15), a comenda "Dr. José Ribamar Ramos Reis", durante solenidade de posse dos novos diretores da Subseção de Bacabal, eleitos para o triênio 2013/2015.

Lançada oficialmente na solenidade, a comenda é concedida a personalidades do meio jurídico que mantêm boa convivência com os advogados, em especial magistrados que atuam ou possuem vínculos na região.

Guerreiro Júnior recebeu a comenda das mãos do presidente da Seccional da OAB, Mário Macieira, e afirmou sentir-se honrado com a homenagem que traz o nome de um amigo e ex-aluno que foi símbolo de honradez, honradez e luta para Bacabal.

"Essa é uma homenagem justa a um advogado que construiu um patrimônio de dignidade e defendia com veemência suas ideias, principalmente na tribuna do Júri", declarou.

Com relação à nova diretoria da Ordem em Bacabal, Guerreiro Júnior ressaltou que o presidente empossado, Agnelo Rodrigues,

vem desenvolvendo um trabalho que faz da advocacia de Bacabal uma das melhores do Maranhão.

O presidente do TJ-MA apontou a importância de a cidade ganhar uma sede própria da OAB, a partir do lançamento da Pedra Fundamental das futuras instalações da Casa do Advogado, na Praça 15 de Novembro, Centro.

Marcelo Carvalho manifestou seu apoio a projetos de melhorias para a comarca de Bacabal, enquanto membro da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, como criação de varas, juizados e termos judiciais. "Temos como aliado o desembargador Guerreiro Júnior, que é um representante importante da Magistratura e casou com a cidade de Bacabal", opinou.

O advogado Agnelo Rodrigues registrou a escolha dos dois magistrados para o recebimento da mais importante comenda concedida pela Subseção, ressaltando o histórico profissional de ambos, baseado em valores humanistas e sociais.

O presidente da Seccional, Mário Macieira, falou da honra em presidir a cerimônia que homenageou os dois magistrados. "São dois exemplos de juízes, que trabalham e honram a toga", elogiou.

DIVULGAÇÃO



Guerreiro Jr e Marcelo Carvalho (c) com dirigentes da OAB em Bacabal



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2013  
Processo n.º 41.967/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Resolução n.º 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual n.º 24.629/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços**, para **Contratação de empresa especializada em serviços de Fornecimento de Jornais e Revistas – periódicos, de circulação estadual e nacional, às 10:00 horas (horário local)** do dia **05/04/2013**, sendo presidido por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha São Luís-MA. O Pregoeiro informa que o Edital se encontra disponível na sala supracitada, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia CD-R ou pen-drive.

São Luís, 19 de março de 2013.

**Allyson Frank Gouveia Costa  
Pregoeiro TJ/MA**



## ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SÃO LUÍS

2º VARA CÍVEL

## EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS MARANHÃO, POR DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.

**FAZ SABER** que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica CITADO Luiz Jandir Amin Castro, Brasileiro, Natural de São Luís/MA, Casado, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo n° 5447-30.2011.8.10.0001, que lhe move SONIA MARIA PEREIRA CAMARA. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 235, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 19 de fevereiro de 2013. Eu, Marcia Lopes Ferreira, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.



Luiz de França Belchior Silva  
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital